

30 de setembro a 4 de outubro
Ponta Grossa - PR - Brasil

ASPECTOS HISTÓRICOS E PEDAGÓGICOS DOS 10 ANOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL NO ESTADO DO PARANÁ

HISTORICAL AND PEDAGOGICAL ASPECTS OF THE 10 YEARS OF IMPLEMENTATION OF THE EDUCATIONAL DEVELOPMENT PROGRAM IN THE STATE OF PARANÁ

ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Rodrigues da Silva, UTPFR, Brasil, rodrigorodrigues_97@hotmail.com

Elizangela Mara Carvalheiro, UTFPR, Brasil, elizangelam@utfpr.edu.br

Cássia Heloisa Ternus, Unochapecó, Brasil, chternus@gmail.com

Resumo

No ano de 2007 o Governo do Paraná implementou o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), que oferece formação continuada aos professores da rede estadual de ensino, para a implementação de projetos de intervenção pedagógica nas escolas. Neste sentido, este estudo visa evidenciar características da implementação do PDE no Estado do Paraná de 2007 a 2016. Para tanto, utilizou-se uma pesquisa descritiva de caráter qualitativo, com coleta de dados em documentos oficiais. Assim, a análise possibilitou o entendimento de que o PDE pode ser um facilitador para que os docentes sejam colocados como protagonistas das mudanças no ensino-aprendizagem no ambiente de sala de aula. O Estado é o suporte técnico e financeiro para que ocorra o desenvolvimento da formação de docentes e gestores escolares, e os projetos de intervenção podem contribuir para melhorias nas escolas. A rede de contato, gerado pela interação entre os profissionais por meio do Grupo de Trabalho Rede (GTR), ainda que com certo percentual de desistências, pode apoiar essas melhorias.

Palavras-chave: Políticas públicas; Programa de Desenvolvimento Educacional; Estado do Paraná.

Abstract:

In 2007, the Government of Paraná implemented the Educational Development Program (PDE), which provides continuing education to teachers in the state education network, through the implementation of pedagogical intervention projects. Thus, this study aims to evidence PDE characteristics in the States of Paraná from 2007 to 2016. Therefore, a descriptive research of qualitative character was used, with data collection in official documents and interview. The analysis allowed the understanding that the PDE can be a facilitator so that the teachers are placed as protagonists of the changes in teaching-learning in the classroom environment. The State is the technical and financial support for the development of the training of teachers and school administrators, and intervention projects can contribute to improvements in schools. The network of contact, generated by the interaction among the professionals through the Network Working Group (GTR), although with a certain percentage of dropouts, can back these improvements.

Keywords: Public policy; Educational Development Program; State of Paraná.

1. INTRODUÇÃO

Buscando atender as demandas, promover o bem-estar e interesse da sociedade, e atender as práticas de direito previstas na Constituição Federal, os governos criam as políticas públicas,

com ações e/ou programas desenvolvidos e implementados para a área de interesse de atuação, dentre elas destaca-se a educação.

As políticas de educação são garantidas pela Constituição Federal e legislação específica como a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394/96) e Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005/14). Deste contexto, emergem questões significativas relacionadas à implementação de políticas públicas que buscam a melhoria da qualidade da educação básica em contextos brasileiros díspares em termos históricos e estruturais.

Tomando como base o PNE, este visa ser o elemento norteador de qualquer programa nacional, estadual ou municipal que aborde a educação em sua composição, estabelecendo as normas e diretrizes a serem seguidas. Aliado ao PNE, o Plano de Desenvolvimento da Educação se divide em mais de 40 programas que são organizados em quatro eixos, com projetos específicos para atender as necessidades regionais. Um desses programas é o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) do Paraná, desenvolvido pelo Governo estadual para a profissionalização de professores.

O PDE do Paraná foi instituído pela Lei Complementar 103 de 15/03/2004, implementado por Decreto n. 4.482 de 14/03/2005, mas a regulamentação só ocorreu com a Lei Complementar 130 de 14 de julho de 2010. Este Programa tem como objetivo ofertar formação continuada aos docentes da rede estadual de ensino de formação básica, utilizando uma rede de contato com o quadro docente de Instituições de Ensino Superior (IES), buscando atualizar, preparar e capacitar o processo educacional para atender as constantes mudanças vivenciadas pelas pessoas no contexto da era digital.

É fato que velocidade com que as informações são observadas, disseminadas e construídas pelas pessoas da era digital - que estão constantemente conectados e interagindo em ambientes dinâmicos, faz com que o contexto de atuação dos docentes seja multifacetado e diversificado, gerando nestes uma busca constante de novas práticas de ensino-aprendizagem. Já que o método tradicional de escolarização não dá conta desta realidade, é necessária uma formação continuada para os docentes, para se manter atualizados com o ambiente no qual estão inseridos, e vivenciem novas práticas e metodologias de ensino, visando promover a autonomia e a criticidade dos estudantes.

Neste contexto, o presente estudo visa evidenciar características da implementação do PDE no Estado do Paraná de 2007 a 2016. Para tanto, utilizou-se uma abordagem qualitativa, com objetivos descritivos, e procedimentos de coleta de dados em documentos oficiais do Programa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Souza (2006) apresenta as políticas públicas como o campo de estudo que tem por objetivo colocar o governo em ação, sempre acompanhando e analisando-as, propondo melhorias no seu curso, se necessário. Uma das visões mais tradicionais na literatura, segundo autores como Dalfior, Lima e Andrade (2015), Frey (2009), Silva e Melo (2000) e Rua (2009), considera avaliar as políticas públicas utilizando o *policy cycle*. Nesse tipo de avaliação, a política é dividida em cinco fases: a formação da agenda, formulação das alternativas, tomada de decisão, implementação, e a avaliação.

Após a avaliação, a estratégia política envolve verificar as atividades sociais e políticas necessárias para tratar as possíveis desigualdades que possa ter gerado. Apesar da política buscar resolver um problema, ou lidar com dificuldades específicas verificadas em determinado ambiente socioeducacional, ela pode vir a gerar efeitos secundários que afetem a realidade de maneira não planejada.

Para Rua (2009), as políticas públicas são consequência das atividades políticas, onde, dentro de um conjunto de alternativas, são realizadas escolhas de programas e projetos que melhor atendem as necessidades. Não se pode pensar na política pública como desvinculada da atividade política em si, pois depende de um ambiente que seja favorável à tomada de decisões, e que ofereça possibilidade de aplicação real.

Além disso, as políticas públicas educacionais visam atender a Constituição Federal de 1988, que versa sobre os deveres do Estado, a manutenção da saúde, segurança, cultura e educação. O inciso V do Artigo 206 da Constituição trata sobre a valorização dos profissionais da educação, por meio de planos de carreira e concursos públicos para o ingresso na docência. No Artigo 214 fica disposta a elaboração decenal do PNE, de forma a alcançar os objetivos de erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria do ensino, formação para o trabalho, promoção humanística e científica no país, e aplicação de recursos do Produto Interno Bruto (PIB) na educação (Constituição Federal, 1988).

Com reforma do aparelho do Estado, através do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) (período de 1995 a 2003), houve a descentralização das ações governamentais na administração pública, propiciando que os estados se tornassem capazes de elaborar seus próprios planejamentos, sem a dependência federal (Oliveira, 2009). Neste contexto, inseriu-se as políticas educacionais. Com essa nova realidade, o Estado do Paraná, então implementou o PDE em 2007. O Programa buscou o alinhamento com o Artigo 2º inciso VII da LDB, que dispõe sobre a valorização dos profissionais da educação escolar (Oliveira, 2009).

A gestão do programa em âmbito estadual é feita pela Secretaria de Estado da Educação (SEED), que fica encarregada coordenar a execução do programa; os Núcleos Regionais de Educação (NRE) são responsáveis por disponibilizar os professores participantes das escolas estaduais; e cada IES se compromete em oferecer estrutura e apoio metodológico/pedagógico aos ingressantes (Secretaria de Estado da Educação do Paraná [SEED], 2016).

Ao participar do Programa, cada docente deve ter como resultado o projeto pedagógico implementado em sua escola de origem. Para El Kadri, Campos e Souza (2012), a intervenção específica possibilitada quando o docente escolhe seu problema de pesquisa, oportunizando a heterogeneidade de ideias e metodologias a serem utilizadas no projeto, é um dos diferenciais do PDE. Isso dá aos pesquisadores a liberdade de criar soluções para os problemas que eles vivenciam no dia-a-dia, sem que estejam engessados pela homogeneidade de métodos e ações, como ocorria com programas anteriores (SEED, 2016).

De acordo com Duarte e Viriato (2012) um dos motivos que levaram à criação do programa no estado do Paraná, foi a ineficácia identificada nos programas anteriores para a formação dos docentes. Cursos, palestras, entre outras atividades, faziam com que o educador adquirisse novas informações e conhecimentos, porém somente naqueles curtos períodos de tempo, sem que houvesse continuidade do aprendizado.

Entretanto, há que se considerar, conforme apresentaram El Kadri et al. (2012), o quanto a real continuidade dos estudos dos professores se efetiva, uma vez que um dos propósitos do programa é a “superação do modelo de formação continuada concebido de forma homogênea e descontínua” (SEED, 2016, p. 1). O argumento apresentado pelas autoras, sob a ótica de orientadoras do PDE em um dos polos de ensino, é de que os professores saem da formação e se sentem novamente sozinhos, não dando continuidade aos estudos.

Silva e Carvalheiro (2018) verificaram que o programa, apesar de algumas limitações, possibilita aos professores a geração inovações em metodologias ativas, por meio do projeto de intervenção. Entretanto, identificaram um baixo número de projetos que apresentaram continuidade após a conclusão do programa pelos docentes, o que indica que os professores

acabam não levando os projetos adiante, tornando os efeitos do programa limitados ao público alvo escolhido.

Em se tratando dos custos que cada professor PDE gera durante o período de sua formação no programa, Hochuli (2011) analisou os valores totais aplicados nos anos de 2006 a 2010, rateando-os pelo total de professores participantes no Paraná. O resultado foi de, aproximadamente R\$ 30.000,00, o que, segundo a autora, é quase o dobro do valor que o Ministério da Educação (MEC) informou que era gasto com um aluno de Instituições Federais de Ensino Superior, na faixa de R\$ 15.500,00.

Para El Kadri et al. (2012), a partir do momento em que o PDE deixou de ser um programa de governo e passou para uma política de Estado, ele ganha um caráter mais forte e estruturado, e merece ser analisado de forma diferente, com mais criticidade. Silva e Ternus (2017) consideram que uma política de Estado como o PDE, após 10 anos de sua implementação, pode garantir sua continuidade ao longo dos anos, pois aponta uma potencialidade de melhorias no processo de ensino-aprendizagem, dinamizando e contribuindo com o desenvolvimento regional.

3. METODOLOGIA

Para se atender o objetivo deste estudo, utilizou-se uma abordagem descritiva de natureza qualitativa e procedimentos de execução classificados como documentais. A análise documental pautou-se nos registros institucionais de documentos oficiais do PDE disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC), acervo *online* do *site* Dia a Dia Educação, página dos cadernos PDE, Constituição Federal de 1988, Lei Complementar 103 de 15/03/2004, Decreto n. 4.482 de 14/03/2005, Lei Complementar 130 de 14 de julho de 2010. *Sites* institucionais estaduais da Casa Civil, Secretaria da Administração e da Previdência, Secretaria de Educação e federal do MEC.

Com as informações obtidas, realizou-se uma compreensão interpretativa dos textos (Análise Textual Discursiva), que possibilitaram realizar inferências válidas sobre as principais características que nortearam a implementação do PDE no Estado do Paraná.

4. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

PDE-PR foi instituído pela Lei Complementar 103 de 15/03/2004 – publicada no Diário Oficial do Estado sob n. 6.687 em 15/03/2004 –, cuja súmula dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná; e implementado por Decreto n. 4.482 de 14/03/2005 – publicado no Diário Oficial do Estado sob n. 6.933 em 14/03/2005 e regulamentado pela Lei Complementar 130 de 14 de julho de 2010, publicada no Diário Oficial n. 8262 de 14 de julho de 2010.

De acordo com a Lei Complementar 130, Art. 1º., Parágrafo único

O PDE é um Programa de Capacitação Continuada implantado como uma política educacional de caráter permanente, que prevê o ingresso anual de professores da Rede Pública Estadual de Ensino para a participação em processo de formação continuada com duração de 2 (dois) anos, tendo como meta qualitativa a melhoria do processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas estaduais de Educação Básica. (p. 1)

O PDE é um Programa de responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação (SEED), em parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), Escola de Música e Belas Artes do Paraná (EMBAP), Faculdade de Artes do Paraná (FAP), Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM), Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba (FAFIPA), Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências

e Letras de Paranaguá (FAFIPAR), Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (FAFIUV), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

As cidades onde os cursos, palestras, seminários, e demais atividades inerentes aos Programa ocorrem, estão divididas em cinco polos: Curitiba, Guarapuava, Londrina, Maringá e Foz do Iguaçu (Silva, 2009).

Para dar condições a esses objetivos, a duração da capacitação é de dois anos. Os professores são afastados de 100% das atividades de docência no primeiro ano, e de 25% no segundo, para que possam implantar as atividades estabelecidas no projeto proposto. O primeiro ano de afastamento dos professores de suas atividades, acaba gerando custos diretos ao Estado, referentes a bolsa-auxílio para a estadia, locomoção e alimentação, valores estes custeados pela SEED/PR. Já o segundo, é dedicado ao desenvolvimento específico do material que será utilizado na implementação de um projeto, e o aprendizado em sala de aula, através do acompanhamento de professor orientador de cada uma das áreas específicas.

A execução do Programa acompanha o Plano Integrado de Formação Continuada, o qual constitui-se de três grandes eixos de atividades, quais sejam: atividades de integração teórico-práticas, atividades de aprofundamento teórico e atividades didático pedagógicas com utilização de suporte tecnológico. No primeiro eixo, os docentes devem trabalhar o Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola, a Produção Didático-Pedagógica, direcionada para a Implementação do Projeto na Escola e o Trabalho Final (de acordo com suas preferências individuais); tudo isso sob a supervisão direta da Orientação dos professores das Instituições de Ensino Superior (IES) parceiras. No segundo eixo, os professores PDE devem participar de cursos, seminários, encontros de área, eventos de inserção acadêmica e webconferências, nas Instituições de Ensino parceiras. No terceiro eixo, é realizada uma formação Tecnológica para o aprimoramento no uso de recursos tecnológicos para o desenvolvimento das atividades previstas no Programa, que são: acompanhamento do cronograma das atividades, postagem das produções realizadas e interação com o orientador no Sistema de Acompanhamento e Integração em Rede (SACIR); tutoria de um Grupo de Trabalho em Rede (GTR) que é realizado através do Ambiente Virtual de Aprendizagem da Secretaria de Estado da Educação (plataforma MOODLE) e uso de recursos de informática básica e internet (Lei Complementar nº 130, 2010).

A atuação dos parceiros na execução dos eixos do Plano Integrado, pode ser observada na Figura 1.

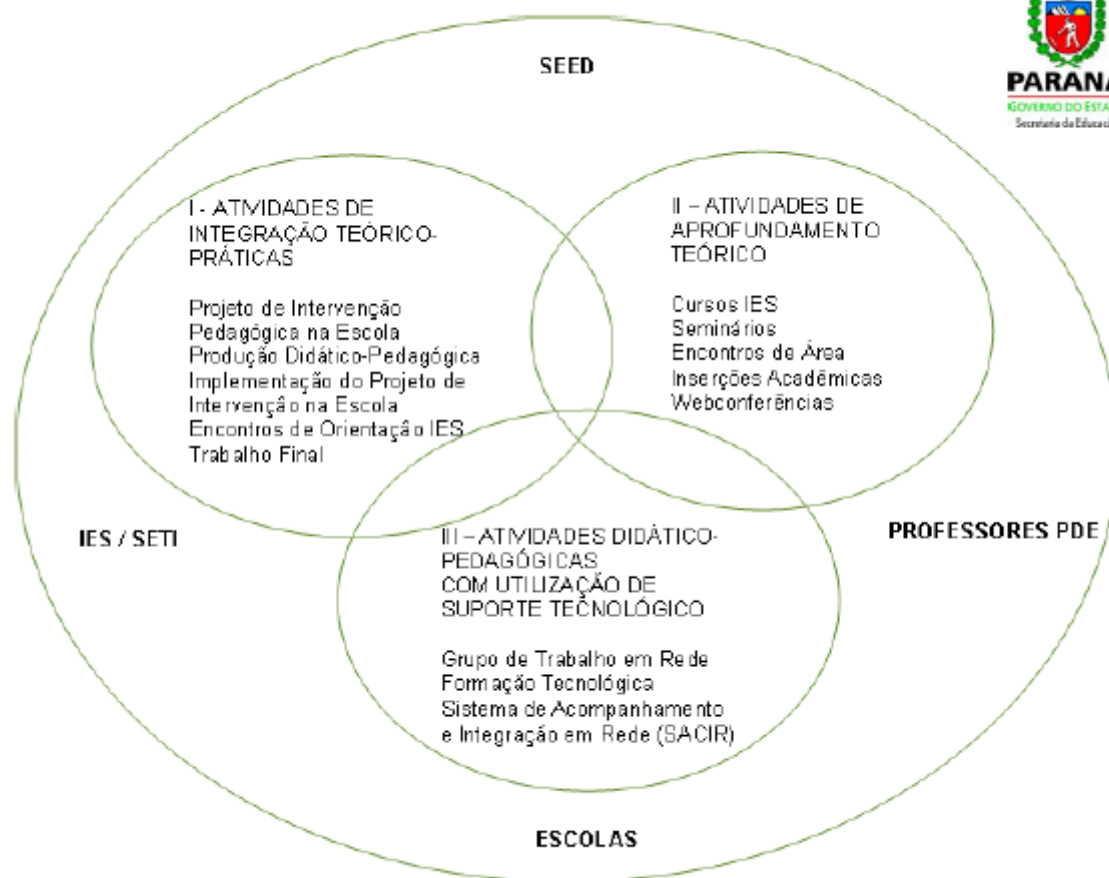


Figura 1 – Esquema do Plano Integrado de Formação Continuada PDE/PR

Fonte: Lei Complementar nº 130, (2010)

Vale ressaltar que a organização deste Plano não pode ser considerada de forma estanque, já que se pressupõe que os conteúdos das atividades que compõem os eixos estejam articuladas, que as categorias que identificam cada um dos eixos estejam presentes em todas as atividades do Programa. Entretanto, é no terceiro semestre de do Programa que é aplicado o projeto (previsto no primeiro eixo), momento este em que o professor já retomou suas atividades docentes, e é afastado de apenas 25% de sua carga horária. No último semestre é produzido um artigo com os resultados obtidos, e com a utilização do embasamento teórico verificado no segundo período. Os professores fazem também uma apostila para distribuição aos demais colegas, sendo que esse valor é custeado com recursos próprios.

O gerenciamento e disponibilização de informações necessárias para a realização de cada atividade do professor PDE e dos diferentes envolvidos (Coordenação da SEED e da IES, Representante do PDE no NRE, além dos Professores Orientadores) é utilizado o SACIR. Assim, é possível acessar o histórico das atividades cumpridas, o material didático e projetos realizados.

O Programa possui 17 áreas de estudo ofertadas, sendo elas: arte, biologia, ciências, educação especial, educação física, educação profissional e formação de docentes, filosofia, física, geografia, gestão escolar, história, língua estrangeira moderna, língua portuguesa, matemática, pedagogia, química e sociologia. As áreas de gestão escolar e formação de docentes se

destacam, por apresentarem linhas de estudo preocupadas com o desenvolvimento de ações que melhorem o desempenho dos docentes e gestores escolares. Essas linhas de estudo podem trazer novas perspectivas para a educação e para a gestão, pois abrem as portas para concepções de que há mudanças constantes na absorção de conhecimentos por parte dos discentes, havendo assim necessidade de se pensar formas de apresentar o conteúdo para os alunos.

Para o ingresso no PDE os professores devem estar, no mínimo, no nível II classe 8 do Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná (instituído pela lei complementar 103 de 2004). Esse critério foi definido Lei Complementar nº 130 de 2010, que rege o PDE. Até a implementação da Lei, os critérios de seleção variaram para cada ano. Nos anos de 2007 e 2008 eram realizadas provas de cada área específica, onde o desempenho definia se o educador seria selecionado ou não.

Já em 2009, a proposta de intervenção na escola passou a ser o modelo avaliativo, logo, os projetos mais condizentes com as propostas pedagógicas do programa, e que apresentassem mais condições de melhorias locais, eram escolhidos. Para o ano de 2010, o currículo e/ou formação dos docentes se tornou o critério de seleção. Portanto, o tempo de docência, a ficha de estudos, especializações, possuir mestrado ou doutorado dava maiores chances de entrar para o programa. Como a Lei foi instituída em julho de 2010, a exigência de estar no nível II classe 8 ocorreu no processo seletivo para 2011, onde possuir mestrado (ou formação de nível acima) pontuava para ingresso.

Em 2018, a SEED e a SETI publicaram a Resolução nº. 10.265 no Diário Oficial, onde ficou estabelecido o aproveitamento dos títulos *stricto sensu* (mestrado, doutorado ou pós-doutorado) para obtenção da certificação para o PDE. Para isso, a titulação não pode ter sido utilizada anteriormente para promoção ou progressão, e será considerado ainda o tempo de atuação na docência do Quadro Próprio do Magistério (QPM), na Educação Básica da Rede Pública Estadual ou em escolas conveniadas de Educação Básica na Modalidade Educação Especial (Resolução nº. 10.265, 2018).

Para cada Processo Seletivo Interno (PSI) foi publicado um edital para seleção dos professores, o qual teve as normas específicas. Ainda assim, os docentes deverão desenvolver um projeto de intervenção pedagógica, com os devidos procedimentos metodológicos. Tal qual os demais projetos já desenvolvidos até então, deve ter a Educação Básica como objeto de reflexão e investigação, pautada em uma problemática advinda da prática do professor, propondo intervenções para sua superação (Resolução nº. 10.265, 2018).

O prazo para a conclusão do Programa, nessas condições, será de seis meses, e o professor deverá permanecer, no mínimo, 15 (quinze) meses em atuação na Rede Pública Estadual de Ensino ou em Escola Conveniada de Educação Básica na modalidade Educação Especial. O professor deverá desenvolver o projeto sem prejuízo às atividades laborais, sem ônus para o Estado e sem ampliação da carga horária (Resolução nº. 10.265, 2018). Assim sendo, o professor não gozará de período específico como os participantes em regime normal, e não serão custeados pelo Estado.

Com essa resolução, a lacuna que se apresentava até então, de que as titulações *stricto sensu* não tinham aproveitamento para crescimento para o Nível III do QPM, ganha um avanço, mesmo que os professores ainda precisem implementar uma intervenção nos moldes do PDE. De todo modo, os docentes não ficam condicionados a participar integralmente do programa para avançarem para o Nível III Classe I do QPM, tendo certa flexibilização nas promoções da carreira.

Desse modo, percebe-se que as instituições responsáveis necessitam estimular a continuidade de formação docente, em todas as modalidades, no intuito de proporcionar melhorias

educacionais constantes. O documento síntese do PDE, publicado no ano de 2016, aponta a falta da relação teoria-prática dos programas instaurados tanto no Paraná quanto em outros estados brasileiros, como um dos geradores da ineficácia da formação dos educadores. As tentativas anteriores não consideravam modificações sofridas ao longo do tempo no processo educacional, e se tornavam homogêneas, ou seja, também acabavam não atendendo as necessidades específicas de cada região (SEED, 2016).

Percebe-se então, que o PDE veio com uma proposta de não ser superficial, buscando oferecer condições para os professores desenvolverem projetos de pesquisa em suas áreas de formação, que resultem em melhorias nas escolas onde lecionam. Isso visa gerar resultados mais perceptíveis no cotidiano pedagógico, e pode auxiliar no fechamento das lacunas específicas existentes em cada região.

O Grupo de Trabalho em Rede (GTR) proposto aos professores PDE também deve ser visto como um acréscimo, possibilitado pela proposta pedagógica desenvolvida. Consiste na construção, no terceiro período do programa, de grupos virtuais coordenados pelos professores PDE através dos sistemas da SEED, com cerca de vinte professores da rede de ensino cada, para a disseminação das ideias elaboradas durante o processo de estudo e da produção acadêmica. Além da interação com docentes de fora do programa, há a troca de ideias entre os que têm a mesma área de estudo e participam da capacitação, para que se utilizem tanto de embasamento teórico quanto de práticas de outras pesquisas, em suas produções.

Neste sentido, o PDE pode proporcionar condições aos docentes de se dedicarem ao estudo de novas metodologias de ensino, trocar informações com profissionais de outras regiões por meio de rede *online* e, capacitação, que resulta no desenvolvimento de um projeto de intervenção pedagógica na escola onde lecionam.

Entende-se que, não havendo um trabalho mais aprofundado que seja capaz de provocar a reflexão, a absorção plena das informações, e que traga mudanças reais para o processo de ensino, não há efetividade das ações, e os investimentos realizados pelo Governo não adquirem credibilidade. Além disso, pode-se dizer que o nível de intensidade e complexidade do Programa é alto, já que, além dos conteúdos teóricos aprendidos em sala, os professores têm que desenvolver um projeto de intervenção na escola que será aplicado no segundo ano, visando a prática dos estudos nos colégios.

Em 2018 foram publicados dados referentes aos 10 anos de implementação do PDE (2007-2016), disponíveis no site do Dia a Dia Educação. Além dos editais referentes a cada ano, resoluções específicas e documento síntese, foram disponibilizadas as relações entre professores ingressantes e concluintes, participantes dos GTR e publicações de artigos e produções didático-pedagógicas.

Em relação ao número de ingressantes (de acordo com o resultado de cada edital) e concluintes (certificados ao final do curso), os números demonstram que, dos 15.201 selecionados, receberam a certificação 12.800 professores (Secretaria de Estado da Educação do Paraná [SEED], & Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior [SETI], 2018b). Essa diferença se deu em função do número de concluintes que iniciaram o programa em 2016 não estar disponível no relatório, portanto esses candidatos não estão inclusos nesta análise. Ainda não de ser consideradas licenças, afastamentos, desistências e afins. Pode-se ponderar essa relação como positiva, tendo em vista que, dos 13.201 selecionados, quando desconsidera-se 2016, quase todos os que foram selecionados para a formação foram certificados. A Tabela 1 apresenta a relação entre ingressantes e concluintes.

SITUAÇÃO	2007	2008	2009	2010	2012	2013	2014	2016	TOTAL
Selecionados	1.200	1.200	2.401	2.400	2.000	2.000	2.000	2.000	15.201
Certificados	1.135	1.252	2.402	2.345	1.769	1.941	1.956	0	12.800

Tabela 1 – Professores selecionados e concluintes 2007 a 2016

Fonte: SEED e SETI, 2018.

Para as produções dos participantes, seja a didático-pedagógica (intenção inicial de metodologia para implementação do projeto) ou para os artigos (produção científica elaborada ao final da capacitação), os dados revelam um total de 14.775 produções pedagógicas e 12.800 artigos publicados. Importante ressaltar que os 1.824 artigos apresentados em 2016 são uma previsão, portanto pode haver divergências dependendo do andamento dos projetos. A Tabela 2 apresenta os dados referentes às publicações.

TURMA PDE	PRODUÇÃO DIDÁTICO PEDAGOGICA	ARTIGO	TOTAL
2007	1.151	1.135	2.286
2008	1.255	1.252	2.507
2009	2.407	2.402	4.809
2010	2.366	2.345	4.711
2012	1.804	1.769	3.573
2013	1.971	1.941	3.912
2014	1.994	1.956	3.950
2016	1.827	1.824*	3.651
Total	14.775	14.624	29.399

Tabela 2 – Produções dos professores participantes 2007 a 2016

Fonte: SEED e SETI, 2018.

* Quantidade de publicações previstas até a data de publicação do relatório.

Pode-se notar que há uma divergência entre os valores das Tabelas 1 e 2, no que tange ao número de professores que participaram da formação. Na Tabela 1 há 15.201 docentes selecionados, enquanto que na Tabela 2 há 14.775 produções relacionadas ao ingresso no PDE. Isso se justifica pelo fato de que, mesmo sendo selecionados, os professores podem não ter iniciado a formação em si, deixando de constar no número de publicações. Logo, conclui-se que 97% dos profissionais selecionados pelos editais iniciaram a formação, e destes, 99% produziram os artigos obrigatórios para a conclusão.

Em relação aos dados disponíveis relacionados aos participantes dos Grupos de Trabalho em Rede (GTR), apresentam certo contraste se comparados aos participantes diretos da formação, devido ao percentual de ingressantes e concluintes. A Tabela 3 demonstra que 69% dos participantes dos GTRs acompanharam a interação a distância até a conclusão da intervenção. Entende-se isso como um ponto negativo para a formação desses professores, que deixam de aproveitar a oportunidade de contribuir com a implementação dos projetos nas suas localidades e, também, deixam de dar *feedback* sobre os resultados obtidos.

TURMA PDE	GTR	INSCRITOS DA REDE	CONCLUINTE DA REDE	% DE CONCLUINTE
2007	1.051	22.706	8.915	39
2008	1.200	18.783	10.367	55
2009	2.401	30.056	17.377	58
2010	2.354	29.554	24.123	82

2012	1.773	26.611	22.688	85
2013	1.953	32.346	26.258	81
2014	1.951	34.286	23.049	67
2016	1.825	28.965	20.883	72
Total	14.508	223.307	153.660	69

Tabela 3 – Produções dos professores participantes 2007 a 2016

Fonte: SEED e SETI, 2018.

Destaca-se que não houve turma de professores no PDE em 2015. De acordo a APP Sindicato, isso aconteceu devido a atrasos no pagamento das bolsas para os participantes de 2014, além da falta de repasse de valores para as IES parceiras. Para agravar o processo, em 2015 houveram greves dos professores, tanto estaduais quanto nas Universidades Federais, o que também prejudicou o início das atividades.

Percebe-se, portanto, que os professores que participam dos processos seletivos possuem real interesse em realizar a formação, a partir dos números apresentados. Quando analisada a relação entre professores certificados ao longo de 10 anos, e o total de 58.610 professores que fazem parte do QPM (tomando como referência o mês de junho de 2019), têm-se que foram certificados cerca de 25% dos profissionais.

Os Grupos de Trabalho em Rede, que constituem uma alternativa de trabalho conjunto, apresentam números mais baixos em relação à participação efetiva dos professores, tendo em vista que cerca de 31% dos que se dispõem a iniciar os trabalhos acabam não concluindo. Porém isso não afeta de forma direta a implementação dos projetos, apesar de limitar a sua disseminação para outras localidades. Além disso, o trabalho em rede não contribui diretamente para ampliação do número de concluintes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo a necessidade de a gestão pública elaborar políticas capazes de solucionar ou minimizar problemas na formação dos docentes e na forma como os repasses dos conhecimentos aos discentes são efetivados no meio educacional, o presente estudo buscou evidenciar características da implementação do PDE no Estado do Paraná de 2007 a 2016.

O programa apresenta-se como uma possibilidade para o desenvolvimento de ações diretas nas escolas, por parte dos próprios professores, que desenvolvem projetos de intervenção em suas disciplinas. Dessa forma, os docentes são colocados como protagonistas das mudanças educacionais, e recebem suporte por parte do Estado para concluírem a capacitação. Com isso, espera-se que as ações propostas pelo programa sejam continuadas independente de questões partidárias, mas sim como uma política de Estado efetiva.

Os dados apresentados na análise do período 2007 a 2016 trazem uma perspectiva positiva para as participações dos docentes, levando a entender que há interesse em participar da capacitação. A possibilidade de aproveitamento dos títulos *stricto sensu* também são tomadas como avanços, levando os professores a continuar buscando formar-se continuamente e trazer conteúdos e metodologias atualizadas aos alunos.

Aponta-se como limitações do programa a falta de continuidade das ações, citada por pesquisadores, que deve ser tratada para que os docentes levem a diante as ações e que os recursos públicos investidos possam trazer resultados efetivos para o longo prazo. Ainda, entende-se que o programa poderia ser aberto para outras faixas do plano de carreira, não limitando apenas aos docentes que já estão há vários anos, mas pensar uma forma de flexibilizar a entrada para profissionais em início de carreira.

Como sugestões para trabalhos futuros coloca-se a verificação da percepção dos diretores de escolas e/ou professores participantes, sobre o que mudou em relação a forma de ensino após a conclusão da capacitação. Ou ainda, acompanhar a evolução do desempenho acadêmico dos alunos das escolas que participam do programa, buscando analisar se escolas com mais professores participantes por aluno tem desempenho melhor.

REFERÊNCIAS

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- Dalfior, E. T., Lima, R. C. D., & Andrade, M. A. C. (2015, março). Reflexões sobre análise de implementação de políticas de saúde. *Saúde em Debate*, 39(104), 210-225. Recuperado de <http://www.redalyc.org/pdf/4063/406341749019.pdf>
- Decreto nº 4482, de 14 de março de 2005*. Implantado O Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, Que Disciplina A Promoção e Progressão do Professor no Nível III da Carreira. Recuperado de <http://www.leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-4482-2005-parana-implantado-o-programa-de-desenvolvimento-educacional-pde-que-disciplina-a-promocao-e-progressao-do-professor-no-nivel-iii-da-carreira>
- Duarte, L. F., & Viriato, E. O. (2012, maio). Programa de desenvolvimento educacional no Paraná: questões históricas, políticas e pedagógicas. *Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação*. Maringá, Paraná, Brasil, 11. Recuperado de http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2012/trabalhos/co_01/024.pdf
- El Kadri, M. S., Campos, A. G., & Souza, A. G. F. (2012, dezembro). Modelo de formação continuada do PDE-PR: o diálogo necessário entre escola básica e ensino superior? *Entretextos*, 11(2), 121-141. Recuperado de <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/8652>. doi: 10.5433/1519-5392.2011v11n2p
- Frey, K. (2009, junho). Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e políticas públicas*, 21(158), 211-259. Recuperado de <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>
- Hochuli, E. B. (2011). *PDE - Programa de desenvolvimento educacional do Paraná* (Especialização em Políticas e Gestão da Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. Recuperado de <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/35194/HOCHULI,%20ELISANGELA%20BELNIAKI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Lei Complementar nº 130 de 14 de julho de 2010*. Regulamenta o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, instituído pela Lei Complementar nº 103/2004, que tem como objetivo oferecer Formação Continuada para o Professor da Rede Pública de Ensino do Paraná. Recuperado de <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=5>
- Lei n. 9.394, de 23 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm
- Lei nº 103, de 15 de março de 2004*. Institui e Dispõe sobre O Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná e Adota Outras Providências. Disponível em <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=7470&indice=1&totalRegistros=1>
- Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm
- Oliveira, D. A. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. (2009, agosto). *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 25(2), 197-209. Recuperado de <http://www.seer.ufrgs.br/rbpa/article/view/19491>. doi: 10.21573/vol25n22009.19491

- Plano diretor da reforma do aparelho do Estado*. Recuperado de <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>.
- Resolução nº 10265, de 31 de agosto de 2018*. Normatiza a oferta do Programa de Desenvolvimento Educacional -PDE na Rede Pública Estadual de Ensino, no âmbito das Secretarias de Estado da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para aproveitamento de titulação obtida em cursos stricto sensu de professores do Quadro Próprio do Magistério. Recuperado de <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&codAto=205918>
- Rua, M. G. (2009). *Políticas públicas*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC. Recuperado de http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/36102140/Apostila_GP_-_Politicass_Publicas.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1497933728&Signature=W6xwBx9HC%2B59HAa3Vw0IZ0PZ3t8%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DPOLITICAS_PUBLICAS.pdf
- Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED. (2016). *Documento Síntese PDE*. Recuperado de http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pde_roteiros/2016/documento_sintese_pde_2016.pdf
- Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED, & Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI. (2018). *Dados Estatísticos - PDE 10 anos*. Recuperado de <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1811>
- Silva, O. H. M. (2009, outubro). O Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná–PDE/PR. *Congresso nacional de educação–EDUCERE*. Curitiba, Paraná, Brasil, 9. Recuperado de http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2423_1687.pdf
- Silva, P. L. B., & MELO, M. A. B. (2000, maio). O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. *NEEP-UNICAMP*. Recuperado de https://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/05/teresa-aula_22.pdf
- Silva, R. R., & Carvalheiro, E. M. (2018, outubro). A inovação na educação (metodologias ativas) dos projetos dos professores do Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná no Núcleo Regional da Educação de Pato Branco-PR. Congresso nacional de pesquisa em ciências sociais aplicadas. Francisco Beltrão, Paraná, Brasil, 7. Recuperado de <http://www.unioeste.br/eventos/conape>
- Silva, R. R., & Ternus, C. H. (2017, outubro). Gestão pública: O caso do Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná. Congresso nacional de pesquisa em ciências sociais aplicadas. Francisco Beltrão, Paraná, Brasil, 6. Recuperado de <http://www.unioeste.br/eventos/conape>
- Souza, C. (2006, dezembro) Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 16(8), 20-45. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>